

Assim, também, os recursos documentais e bibliográficos que poderiam ir ao encontro desses objetivos, seriam os índices de assuntos e onomástico.

Reclamará ainda o leitor mais interessado uma explicação do autor sobre o porquê de certos manuscritos terem merecido menor referência, ou quase tão-somente uma menção de passagem, enquanto que outros foram examinados com bem maior detenção. Isto porque nos dão impressão, os textos assim aparentemente rejeitados, que a sua conveniência é perfeita ao se pretender a compreensão de todos os ângulos daquela empresa náutica.

Por sua vez, a própria indicação dos manuscritos, quase sempre constantes de **Papéis avulsos**, acreditamos que mereceria mais detalhes, com a única finalidade de facilitar também o pesquisador interessado em tais documentos.

Referimo-nos ao esclarecimento sobre se se trata de manuscritos catalogados ou não, bem como sobre o número da caixa ou maço em que estão, pois, sem isto a localização do documento torna-se extremamente difícil e demorada, a não ser que os manuscritos da Índia estejam arquivados de tal modo que a simples indicação do ano seja suficiente para a sua pronta determinação, o que não deve acontecer, uma vez que o próprio autor menciona sempre a **capilha** (térmo que nos arquivos portugueses deve indicar o que nós chamaríamos aqui de **pasta**, e na qual se guarda um manuscrito ou maço de manuscritos), desde que ela trouxesse uma indicação útil ao leitor, como a data do documento por exemplo.

A amizade e admiração que temos pelo dr. Alberto Iria é que nos anima a estas observações construtivas para dar justamente maior alcance ao seu trabalho, já assim tão meritório, mas que com toda a certeza, pela premência de tempo de que dispôs para apresentá-lo, não pôde atender melhor a essas exigências.

Completam o volume 40 excelentes reproduções fotográficas de gravuras portuguesas e de outras nacionalidades, mapas, aquarelas e até mesmo uma tela a óleo, conservados também no Arquivo Histórico Ultramarino, que nos mostram bem a riqueza da iconoteca que há no Palácio da Ega.

Destacou ainda o autor vários documentos, como cartas, regimentos, despachos, relações, alvarás, assentos e requerimentos, que vão em apêndice, enriquecendo assim sobremaneira este seu último trabalho, que por sua vez acrescenta-se à excelente bagagem que ele já possui sobre a História de Portugal.

JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

* *

CAILLARD (Michel), DUVAL (M.), GUILLOT (Ph.) e GRICOURT (Mary). — *A travers la Normandie des XVIIe et XVIIIe siècles*. Introdução de Pierre Chaunu. Cahiers des Annales de Normandie, n.º 3, Caen, 1963.

Após o trabalho de Marthe Moricet (*Récits et Contes des Vieilles Normandes*, C. A. N., n.º 2, 1963), os *Cahiers des Annales de Normandie* vêm de publicar mais um de seus substanciosos trabalhos, desta vez com apresentação do prof. Chaunu, o que vale dizer, com seu endosso. Os trabalhos apresentados são de quatro de seus jovens discípulos e espelham um método no trato de história social: nêles é tentado o ajustamento de um método ao mesmo tempo “cronológico, lógico e geográfico” (pg. 8).

Os temas dizem respeito às sublevações populares na Baixa Normandia, 1620-1640 (Caillard); “élection” de Carentan, meados do século XVII e meados do século XVIII (Duval); economia e sociedade do litoral Orne-Seules (Guillot) e demografia, sociedade e religião em cinco paróquias de Petit Caux, de meados do século XVII ao fim do Antigo Regime (Gricourt).

O ponto de partida dos quatro estudos foi o trabalho de P. Goubert (*Le Beauvoisis de 1600 à 1730*, Paris, 1960) que trata, de uma maneira ampla, de uma Normandia complexa, variada e imensa. Os presentes estudos procuram dar alguns matizes regionais dêsse quadro amplo, mas relacionando-os com a conjuntura em que se inserem. Por exemplo, a revolta dos **Nu-pieds** é observada como pequena onda de um oceano cujas “lamas de fundo” são a Revolta boêmia, a Revolução inglesa, a Fronda, etc. (pg. 11).

Ressalta no conjunto, entretanto, o trabalho de Michel Caillard, quer pelo tema, quer pelo método, quer pelas implicações de ambos: **Recherches sur les soulèvements populaires en Basse Normandie (1620-1640) et spécialement sur la revolte des Nu-pieds**.

Com uma constância já definida no que refere a tensões sociais (veja-se, por exemplo, já para o século XIV as descrições tão coloridas do cronista Froissart ou veja-se, posteriormente, durante as guerras de religião), a Normandia é caracterizada por Chaunu como a “Catalunha da França”: “reliquia de um mundo mudado que se recusa ceder às exigências de um grande estado moderno engajado no crescimento de suas necessidades pela dialética de uma grande política, dolorosa mas necessária, no século europeu do equilíbrio” (pg. 14). E essa política dolorosa fêz-se sentir agudamente na Baixa Normandia, principalmente através dos impostos.

As etapas da análise de Caillard são, no fundo, obedientes a um esquema clássico: aumento dos descontentamentos, as insurreições, distribuição geográfica e social das insurreições e, por fim, tentativa de explicação do processo. O nôvo do enfoque está, entretanto, na colocação da revolta de 1639 como um indicio de um estado de coisas que a Fronda virá a consagrar (aliás, entrevisto mas não enfatizado na análise sucinta do prof. É. Léonard, in *Histoire de la Normandie*, PUF, 1948, pg. 96 e segs.), assim definindo-se como mais uma característica para a conhecida periodização pela qual o prof. Chaunu vem se batendo, baseado nos movimentos de conjuntura (“a época moderna se divide “grosso modo” em três fases agrupadas em dois períodos, a linha de separação estando em torno de 1640; a revolta dos **Nu-pieds** está nas propiléias duma nova Modernidade”,

pg. 3). Assim, a crise mundial de 1640 é a introdução para uma "série", no seu vocabulário.

Apesar de terem sido feitos estudos de preços, impostos, receitas, repartição dos impostos pela generalidade de Caen, da peste, etc., sente-se o problema que representou o estabelecimento do fulcro da análise: **o que explica a revolta?** A gabela foi estendida a Avranches, Carentan e outras *éléctions*, representando ameaça para o presente e incerteza para o futuro (pg. 58) e, dessa maneira, ficando configurado o privilégio que representava essa taxação, e a polarização de forças que sua instituição motivou. O próprio autor julga os motivos causadores do levante "em si mesmos anódinos, mas de conseqüências enormes" (pg. 59), na medida em que deram início a uma cadeia de levantes nas cidades e no campo.

Percebe-se que os movimentos de conjuntura dizem muito, mas não dizem tudo. Os descertos administrativos são analisados porém concede-se, com relutância, eficácia à luta de classes como caminho explicativo porque "paradoxalmente a dialética da luta de classes cuida menos dos **Va-nu-pieds** que de seu insucesso" (pg. 9, introdução). Não obstante, M. Caillard, na análise da implantação social das insurreições, afirma que a insuficiência da documentação atual não permite determinar a participação e o papel respectivo dos diferentes grupos sociais, quanto aos seus engajamentos efetivos e "conscientes" (pg. 67).

Para o campo, especificamente, vê a revolta como uma "mobilização psicológica dos camponeses baixo-normandos contra o impôsto" (pg. 49). Essa polarização, essa mobilização psicológica, instigada ou não (o que não fica claro), tem suas motivações explicadas de várias maneiras. Uma delas é, ainda, a luta de classes, não ao "comêço do processo, mas à chegada" (pg. 14). Há o sentido, não preciso aliás, de uma ação consciente do poder central freando a formação de uma estratificação de lutas de classes. Seria um momento oportuno para o estudo do processo de formação dessa consciência (mesmo que falsa) que está por trás da cadeia de levantes. Esse estudo é sugerido (pg. 9) e mesmo esboçado (cap. II, parte 1). Aí estaria, talvez, a chave da análise. No entanto, há um sentido de concessão a esse elemento, o que tira a ênfase e a segurança do estudo, na medida em que lhe dá um caráter difuso.

Ao nível da política, Caillard analisa cuidadosamente os descertos de Paris em relação à Baixa Normandia: o poder central aplica ao conjunto normando política válida apenas para a Alta Normandia. Também, através de superposição de mapas, há o estabelecimento de relação entre peste, supertaxação e levantes populares.

Faltaria estudar, a nosso ver, para melhor composição do processo sedicioso no campo, a conexão entre o regime de propriedade, técnicas de produção e a supertaxação: talvez nessa perspectiva poder-se-ia entender melhor o "sistema fiscal como o tendão de Aquiles do absolutismo francês" (pg. 43).

Em suma, numa análise quase sempre substantiva, vemos a revolta dos **Nu-pieds** ser explicada pela formação do Estado e a infla-

ção de suas exigências ao paroxismo da guerra européia; pelo **tour-nant** da conjuntura mundial, pela ruptura da hierarquia e equilíbrio das atividades e dos povoamentos (pg. 14), e por fim, como concessão, pela luta de classes.

Não há dúvida que o método adotado — na medida em que se utiliza quase exclusivamente de dados demográficos e financeiros — caracteriza com maior rigidez os processos e as tensões, dando caráter menos lírico ao trabalho do historiador. Restará saber se a radicalização da utilização desse método será eficaz no estabelecimento, por exemplo, da “mobilização psicológica” (pg. 49), fenômeno que aparece apenas como um dado na análise. Uma manifestação desse tipo não adquiriria sentido pleno para o historiador somente após a determinação da carga cultural que estivesse regulando essa mobilização?

Os três estudos restantes são, também, representativos desse estilo novo de trabalho que começa a se impor como um dos principais pontos de referência da historiografia atual.

CARLOS GUILHERME SANTOS SERÔA DA MOTA

*

* *

BOEHRER (George C. A.). — **Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil**, por José Bonifácio de Andrada e Silva (edição crítica), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, 93 págs.

A Agência Geral do Ultramar, a quem se devem tantos empreendimentos editoriais da mais alta significação para a história de Portugal e do Brasil, lançou o ano passado esta plaqueta num momento em que se comemorava o bi-centenário de nascimento do nosso **Patriarca da Independência**, comemorações essas que, diga-se de passagem, não tiveram, a nosso ver, no campo editorial brasileiro, a consideração que mereciam ter.

Embora relativamente vasta a bibliografia que possa servir à história do lento e geralmente violento processo de “civilização” dos indígenas brasileiros, em verdade muito ainda há por ser feito nesse sentido, particularmente no que diz respeito às pesquisas em arquivos brasileiros e portugueses, onde há copiosa documentação referente ao assunto, mostrando a preocupação que o governo metropolitano teve para com o problema.

Nesse sentido, os repertórios de leis, a correspondência religiosa e leiga, oficial e particular, etc., representam incalculável acervo de interesse histórico, cujo conhecimento, interpretação e reconstrução poderão proporcionar não unicamente as informações necessárias para a compreensão dos problemas relativos à integração das populações indígenas brasileiras às conquistas da colonização portuguesa aqui implantada, como também oferecer às ciências sociais um conjunto de elementos de grande valia para os estudos que, levando em